SENTIDO E VERDADE: REVISITANDO O PROBLEMA DOS ENUNCIADOS EXISTENCIAIS NEGATIVOS

Anderson Luis Nakano¹

RESUMO

Este artigo revisita o clássico problema dos nomes próprios vazios, ou ainda, o problema dos enunciados existenciais singulares negativos. Partindo de um parentesco deste problema com o problema (ou paradoxo) do falso, o artigo mostra, em um primeiro momento, como Aristóteles introduz uma distinção entre “nome” e “declaração” com o intuito de separar as condições de sentido das condições de verdade de um enunciado, abrindo assim a possibilidade para que um discurso seja falso sem ser, por isso, destituído de sentido. Em seguida, o artigo mostra como a ideia de que o sentido é anterior à verdade é radicalizada no *Tractatus* de Wittgenstein, radicalização que tem, como uma de suas consequências, a necessidade de se distinguir entre nomes próprios ordinários (que serão tratados como equivalentes a descrições) e nomes próprios logicamente genuínos, para os quais sequer se coloca a questão da existência ou não-existência. Em um terceiro momento, a atenção se volta à obra de Kripke a fim de mostrar como este, ao negar que os nomes próprios da linguagem ordinária sejam equivalentes a descrições, vai chegar, em sua análise dos enunciados existenciais negativos, à recusa daquilo que Aristóteles e Wittgenstein punham como pressuposto, a saber, a anterioridade do sentido de um enunciado em relação à sua verdade ou falsidade. A partir disso, algumas conclusões um tanto quanto paradoxais são extraídas da análise de Kripke para estes enunciados. Por fim, o artigo busca fornecer uma via para entendê-las por meio de uma comparação, ainda que bastante breve, desses enunciados com aquilo que Wittgenstein chama, na sua última obra, de proposições fulcrais (*hinge propositions*).

Palavras-chave: Nomes Vazios. Enunciados Existenciais Negativos. Wittgenstein. Kripke. Proposições fulcrais.

ABSTRACT

In this paper, I revisit the classic problem of empty proper names or, more precisely, the problem of negative singular existential statements. I start by establishing a relationship between this problem and the problem (or paradox) of how false statements are possible. I then show, in a first moment,

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: alnakano@pucsp.br. ORCID: [0000-0002-2221-2333](https://orcid.org/0000-0002-2221-2333).

how Aristotle introduces a distinction between “name” and “declaration” in order to separate the meaning conditions from the truth conditions of a statement, thus opening the possibility for a discourse to be false without being meaningless. Afterwards, I show how the idea that meaning is prior to truth is radicalized in Wittgenstein's *Tractatus*. One of the consequences of this radicalization is the distinction between ordinary proper names (which are treated as equivalent to descriptions) and logically genuine proper names, for which the question of existence or non-existence does not even arise. In a third moment, I turn to Kripke's work to show how he, in denying that the proper names of ordinary language are equivalent to descriptions, is obliged, in his analysis of negative existential statements, to refuse what Aristotle and Wittgenstein presupposed, namely, that the meaning of a statement is prior to its truth or falsity. I then draw some seemingly paradoxical conclusions from Kripke's analysis of these statements. Finally, I provide a way to understand these conclusions by means of a brief comparison between these statements and what Wittgenstein calls, in his last work, hinge propositions.

Keywords: Empty Names. Negative Existential Statements. Wittgenstein. Kripke. Hinge Propositions.

1. Introdução

Neste artigo, revisitarei o clássico problema dos nomes próprios vazios, ou ainda, o problema dos enunciados existenciais negativos como, p. ex.: “Sherlock Holmes não existe” ou “Vulcano não existe”². *Grosso modo*, o problema consiste em que, ao afirmar a respeito de algo a não-existência, estaríamos aparentemente pressupondo que este algo existe pois, do contrário, do que é que estaríamos negando a existência?³ Tudo se passa como se faltasse, em um enunciado desse tipo, o objeto do discurso, o “quê” de que falamos sobre. Este problema mantém certo parentesco com o paradoxo do discurso falso, cuja conclusão é que não pode haver enunciado falso, precisamente por faltar, a este, o seu objeto (segundo o paradoxo, isso supostamente condenaria o enunciado a ser apenas uma elocução sem relação com a realidade, deixando de ser propriamente um enunciado). Com efeito, se seguirmos a sugestão de

² Trataremos, em particular, dos enunciados existenciais singulares, em que um nome próprio aparece como sujeito gramatical da sentença, em contraste com enunciados como “Quimeras não existem”, por exemplo.

³ Em *Some Main Problems of Philosophy*, G. E. Moore expõe o problema do seguinte modo: “It seems as if there must be such a thing, merely in order that it may have the property of not being. It seems, therefore, that to say of anything whatever that we can mention that it absolutely is *not*, were to contradict ourselves: as if everything we can mention must be, must have some kind of being” (1953, p. 289).

Frege⁴ de nominalizar todos os enunciados de nossa linguagem e adotar como único predicado a existência, ambos os problemas colapsam em um só. O enunciado “Temer não é jovem” se torna “A juventude de Temer não existe”, um enunciado existencial negativo.

O problema dos nomes próprios vazios se revela particularmente agudo na medida em que o próprio interesse originário da filosofia pela categoria linguística de “nome” vem acompanhado de um interesse por resolver o paradoxo do discurso falso. De fato, mostrarei, em um primeiro momento, como Aristóteles introduz uma distinção entre “nome” e “declaração” justamente tendo em vista separar as condições de sentido das condições de verdade de um enunciado, abrindo assim a possibilidade para que um discurso seja falso sem ser, por isso, destituído de sentido. Em seguida, mostrarei como a ideia de que o sentido é anterior à verdade é radicalizada no *Tractatus* de Wittgenstein. Para o *Tractatus*, o sentido de uma proposição não apenas é anterior à sua verdade ou falsidade, mas é anterior à verdade ou falsidade de cada outra proposição. Uma das consequências desse movimento é a necessidade de se distinguir entre os nomes próprios assim chamados pela linguagem ordinária (como, p. ex., “Sócrates”, “Júlio César”), que serão tratados como equivalentes a descrições, e nomes próprios genuínos, que nomeiam *objetos*, i.e., itens necessariamente existentes que compõem a substância do mundo. Em um terceiro momento, voltarei a atenção à obra de Kripke a fim de mostrar como este, ao negar que os nomes próprios da linguagem ordinária sejam equivalentes a descrições, vai chegar, em sua análise dos enunciados existenciais negativos, à recusa daquilo que Aristóteles e Wittgenstein punham como pressuposto, a saber, que o sentido de um enunciado seja anterior à sua verdade ou falsidade. Extrairei, a partir disso, algumas conclusões um tanto quanto paradoxais da análise de Kripke para estes enunciados. Por fim, tentarei fornecer uma via para entendê-las por meio de uma comparação, ainda que bastante breve, desses enunciados com o que Wittgenstein chama, na sua última obra, de proposições fulcrais (*hinge propositions*). A ideia central será a de que a “verdade” de sentenças como “Sherlock Holmes não existe” não corresponde a um *co-*

⁴ Begriffsschrift, §3.

nhecimento, mas a uma *segurança* ou *certeza*. Servimo-nos normalmente de um nome não porque *sabemos* que seu referente existe (ou não existe), mas porque estamos *seguros* a este respeito.

2. Sentido e Verdade em Aristóteles: a distinção entre “nome” e “declaração”

O tratado aristotélico *Da Interpretação* inicia-se do seguinte modo: “Inicialmente, é preciso estabelecer o que é nome (ὄνομα) e o que é verbo (ῥῆμα); em seguida, o que é negação (ἀπόφασις) e afirmação (κατάφασις), bem como declaração (ἀποφανσις) e frase (λόγος)” (16a1-2). Para o presente propósito, será suficiente determo-nos no primeiro e no terceiro par de conceitos, a fim de traçarmos uma nova distinção, desta vez entre as noções de nome e declaração.

O nome, define Aristóteles, é “elocução com significado (σημαντική) por convenção, sem tempo, da qual nenhuma parte é separadamente dotada de significado” (16a19-20). O verbo, em contraste, co-significa tempo. Mas o contraste para por aqui, pois o verbo partilha com o nome dessa característica de “simplicidade semântica”, i.e., em ambos os casos, suas partes nada significam. Na verdade, o verbo, enunciado sozinho e em si mesmo – vai dizer Aristóteles – é também um nome e, quando usado em uma declaração, é um nome que co-significa um tempo particular. Em “Sócrates corre”, por exemplo, “corre” é um verbo que significa “correr *agora*”, mas o termo “correr”, tomado isoladamente, é um nome do mesmo modo que “Sócrates” (é o nome de uma ação).

Já a frase “é enunciado com significação, da qual uma parte qualquer, separadamente, tem significado como enunciação, mas não como afirmação” (16b26-7). E dentre as frases, esclarece o estagirita, “nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que ocorre pretender dizer algo verdadeiro ou falso; e isso não ocorre em qualquer frase; por exemplo, a prece é certamente uma frase, mas não é nem verdadeira nem falsa”. Por fim, Aristóteles informa que é a frase declarativa (λόγος ἀποφαντικός) que o interessará mais de perto naquela obra.

Ora, o que se observa, na frase declarativa, na *proposição* (para usar um termo contemporâneo), é que, em contraste com o nome, aquilo que lhe é característico é que uma parte dela tem significado, mas não como afirmação (ou negação), ou seja, há uma parte dela que é um nome ou um verbo. Isto é, sua significação envolve uma “complexidade semântica”; ao contrário do nome, suas partes são separadamente dotadas de significado.

Aristóteles distingue, assim, dois sentidos do que é, para um item linguístico, “significar”. Para um nome, significar é simbolizar algo, manter uma relação simples de nomeação com esse algo. Já para uma frase declarativa, significar é articular, é reunir de um certo modo coisas que simbolizam algo. Aristóteles dirá que há dois modos de se fazer essa reunião – a afirmação e a negação – e, a partir disso, distinguirá dois casos em que a proposição pode ser verdadeira e dois casos em que ela pode ser falsa, a depender tanto do modo pelo qual os nomes são reunidos na proposição quanto do modo pelo qual os nomeados se relacionam na realidade (se formam um composto ou se encontram-se separados).

Mas qual seria a motivação para a distinção entre dois tipos de significação? A resposta é clara: responder ao paradoxo do discurso falso. Pois se o discurso, para ser discurso, devesse apenas manter com as coisas uma relação simples, não haveria discurso falso, uma vez que a própria relação de significação já implicaria a verdade do discurso, ou melhor, a questão da verdade ou da falsidade do discurso sequer se colocaria. Sendo o falso e o verdadeiro uma questão de composição e separação (cf. 16a12), é necessário que o discurso seja essencialmente complexo para que a conclusão do paradoxo não se siga.

O que é tomado, então, como requerimento para a solução do paradoxo é o seguinte princípio: o sentido de uma frase declarativa (i.e., aquilo que a distingue de uma mera elocução, de um *flatus vocis*) deve ser anterior à sua verdade ou falsidade. Anterior não em sentido temporal, mas em sentido *quasi-epistêmico*: ainda que não saibamos se a declaração é verdadeira ou falsa, conhecemos o seu sentido, sabemos o que ela “quer dizer” (*quasi* pois quem sabe apenas o sentido de uma proposição, a rigor ainda não sabe absolutamente nada). E quando reconhecemos sua verdade ou falsidade, reconhece-

mos que há algo que permaneceu com isso inalterado, a saber, o seu sentido. O sentido da proposição é, deste modo, algo *rígido*, isto é, ele não vacila segundo o que é ou não o caso.

3. A radicalização do princípio da anterioridade do sentido no *Tractatus*

Não é algo controverso dizer que os elementos da solução Aristotélica para o paradoxo do falso aparecem com todas as suas letras no *Tractatus* de Wittgenstein. Em primeiro lugar, verdade ou falsidade é também lá uma questão de composição ou separação, de concatenação ou não-concatenação. Em segundo lugar, encontra-se também lá uma distinção forte entre dois sentidos do que é, para um item linguístico, significar: para o nome, significar é possuir uma *Bedeutung*, um referente; para a proposição, significar é figurar, articular nomes, exhibir um sentido. Mas *algo* lá é diferente, pois, para começar, nunca seria possível fornecer, como exemplo de nome, “Sócrates”, quanto menos “correr”. Entender essa diferença em relação à teoria aristotélica requer entender o modo radical com que o princípio da anterioridade do sentido em relação à verdade é tomado na obra.

Para o *Tractatus*, não apenas o sentido de uma proposição é anterior a sua verdade ou falsidade, mas o sentido de cada proposição é anterior à verdade ou falsidade de cada outra proposição. O sentido de uma proposição não é, portanto, algo *rígido* apenas com respeito a sua verdade ou falsidade, mas ele é *rígido* seja lá o que aconteça no mundo. O espaço lógico todo é, desta forma, *rígido*. A verdade ou falsidade de cada proposição não altera em nada as possibilidades do que pode ou não vir a acontecer. Esse modo radical de entender a anterioridade do sentido em relação à verdade vai resultar no requisito de que as partes da proposição, isto é, os nomes, devam significar seja lá quais sejam os fatos do mundo e que, por conseguinte, o nome jamais pode nomear algo complexo, composto de partes. O requisito de que um nome não possua partes que signifiquem, proveniente da própria definição aristotélica de nome, transfigura-se agora em um requisito de que a coisa nomeada não contenha partes. Ao significado do nome, significado este essencialmente simples, sem partes, indivisível, Wittgenstein dá o nome de *objeto*. Nas *Observações*

Filosóficas, ele esclarece: “Aquilo que, em seu tempo, chamei de ‘objeto’, o simples, é simplesmente aquilo que posso designar sem ter de temer que ele talvez não exista, i. é, aquilo para o qual não há existência ou inexistência, e isso quer dizer: aquilo de que podemos falar *seja lá o que for o caso*” (PB: 36a).

E o que obriga Wittgenstein a realizar esse movimento? Isso parece-me ser o resultado de outros dois princípios:

P₁. A lógica é *a priori* e, por isso, anterior a qualquer fato, a qualquer experiência possível.

P₂. A lógica existe apenas *na* linguagem (do mesmo modo que, p. ex., a cor existe apenas em uma certa forma espacial), e por isso ela pressupõe que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido (cf. 6.124).

Esses dois princípios aparecem notavelmente no seguinte trecho:

A lógica é *anterior* a toda a experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê. / E se não fosse assim, como poderíamos aplicar a lógica? Poder-se-ia dizer: se houvesse uma lógica ainda que não houvesse um mundo, como poderia então haver uma lógica, já que há um mundo? (*Tractatus*, 5.552-5.5521)

Como resultado, o princípio da anterioridade do sentido em relação à verdade, no *Tractatus*, conduz a uma hierarquia estrita entre três níveis. Em primeiro lugar, há o nível que condiciona o entendimento da lógica, a saber, o nível do “Quê” (Was), que corresponde, na linguagem, ao nível dos nomes e proposições elementares. Em seguida, há o nível da lógica, dependente do primeiro, mas ainda inteiramente *a priori*. Por fim, há o nível do *a posteriori*, do “Como” (Wie), que corresponde, na linguagem, às proposições verdadeiras. Três domínios, portanto: o que condiciona o entendimento do *a priori*, o *a priori* e o *a posteriori*; em outros termos: metafísica, lógica e ciência. A hierarquia diz respeito ao fato de que nenhum dos níveis posteriores condiciona ou afeta os anteriores. Uma descoberta científica jamais poderia produzir efeitos na lógica, muito menos na metafísica; uma “descoberta” na lógica jamais po-

deria produzir efeitos naquilo que condiciona o entendimento da lógica, isto é, na substância do mundo.

Na superfície de todo este arcabouço conceitual se encontra a *nossa* linguagem, a linguagem em que nomes ordinários não denotam objetos necessariamente existentes, que atribui o mesmo sinal a símbolos diferentes, enfim, que comete todo tipo de atrocidade ao olhar da lógica. Desta linguagem, o *Tractatus* não tem muito a dizer, a não ser i) que ela está logicamente correta e que ii) ela é um traje que disfarça o pensamento. Está logicamente correta, na verdade, por ter algo por baixo do traje, algo que, em sua forma pura, seria o pensamento nu e cru. Os nomes próprios da linguagem ordinária fazem parte do traje; os nomes genuínos, do pensamento. Consequentemente, os nomes próprios ordinários não fazem parte da análise final da sentença, sendo supostamente analisados e desaparecendo ao fim da análise.

4. Kripke e o problema dos enunciados existenciais negativos

Em *Naming and Necessity*, Kripke critica as teorias descritivistas dos nomes ordinários, mostrando que estes não são semanticamente equivalentes a descrições. No artigo *Vacuous Names and Fictional Entities* (1973a/2011) e de modo mais detalhado nas *John Locke Lectures* de 1973, posteriormente publicadas com o título *Reference and Existence* (1973b/2013), ele amplia suas considerações para o caso dos nomes vazios (particularmente no caso de nomes que ocorrem na ficção), abordando a questão dos enunciados existenciais negativos.

Em linhas gerais, o argumento de Kripke contra a solução descritivista para o caso dos nomes vazios é o seguinte: se a teoria descritivista fosse correta, isso resultaria em que as sentenças que contêm o nome “Sherlock Holmes” enunciariam algo a respeito de uma entidade que seria, digamos, “holmesca” (isto é, que teria todas ou ao menos boa parte das qualidades descritas por Arthur Conan Doyle sobre Sherlock Holmes), e que seria a única entidade “holmesca”. Todavia, ainda que haja unicamente alguém “holmesco”, isso não significa que a ficção seja sobre essa pessoa. Kripke menciona o exemplo de autores que alertam que os nomes usados na obra são ficcionais, e que qual-

quer semelhança com pessoas reais é mera coincidência (1973b/2013, p. 26-7); caso a teoria descritivista fosse correta, esse aviso ao leitor seria claramente um disparate. Além disso, pode ser o caso de a ficção escrita por Conan Doyle ser realmente sobre alguém existente e esta pessoa não ser “holmesca”. Basta supor que o autor estivesse escrevendo uma história ficcional sobre uma pessoa real (como ocorre no caso de Napoleão em *Guerra e Paz* de Tolstói) e que, no entanto, tenha inventado uma série de características que são, em realidade, falsas quando aplicadas à Napoleão.

Agora, dado que Conan Doyle *não* estava escrevendo sobre uma pessoa real quando escrevia as histórias de Holmes, será que poderíamos dizer que Holmes, embora não exista, poderia existir? A resposta, para Kripke, é negativa. Kripke argumenta que não haveria critérios para decidir em quais situações ele teria existido. Pois se o nome não equivale a uma descrição, de qual critério disporíamos para afirmar que alguém *seria* Holmes em tal e tal situação? Nesse sentido, o nome “Holmes” é similar a “Bandersnatch”: dado que Lewis Carroll não estava se referindo a nenhuma espécie existente quando usou o nome “Bandersnatch”, não há nenhum critério para nos referirmos a uma situação em que bandersnatches existem, e o mesmo ocorre com “Holmes”.

Observem, por outro lado, que o fato de Conan Doyle ter ou não escrito sobre uma pessoa real é algo empírico: pode ocorrer de descobrirmos que Conan Doyle de fato escreveu sobre (e não meramente se inspirou em) uma pessoa real. Se um baú nos é revelado com diários secretos de Conan Doyle, os quais continham informações sobre quem seria esta pessoa a que chamamos de Sherlock Holmes, o que ela fazia e como as suas histórias se vinculam à sua vida etc., essa descoberta, certamente empírica, forneceria evidência suficiente para tomarmos por certo aquilo que antes considerávamos inimaginável, a saber, a existência de Sherlock Holmes. O que é indigesto, em um primeiro momento, é que este algo empírico, de certa forma, parece alterar o espaço de possibilidades do que falamos sobre Sherlock Holmes. Pois, se Conan Doyle tivesse em mente uma pessoa real quando escreveu sobre sua personagem, a existência dessa personagem seria um fato contingente e, neste

caso, Sherlock Holmes claramente poderia não ter existido. Tudo se passa então como se ocorresse, aqui, uma espécie de assimetria modal-existencial: se Sherlock Holmes existe, ele poderia não existir, mas se ele não existe, ele não poderia existir. A descoberta acima referida parece ser, portanto, o caso de uma descoberta empírica que alteraria a lógica. Isso ficará mais claro logo em diante, quando expormos o que Kripke diz sobre os enunciados existenciais negativos. Antes disso, porém, será útil expor de maneira breve o que ele diz sobre nomes de personagens fictícios em geral.

Segundo Kripke, devemos distinguir três usos distintos de nomes de personagens fictícios:

- (1) Uso do autor durante a escrita da obra ou do ator durante a apresentação da peça. Nestes casos, não se faz um uso de nomes próprios para se referir a algo real; ele apenas *faz de conta* (*pretend*) que usa o nome próprio para referir; da mesma maneira, na obra fictícia, não há realmente proposições, o autor apenas *faz de conta* que expressa proposições. Kripke chama este princípio sobre as proposições e nomes na ficção de “Princípio do Faz-de-Conta” (R&E, p. 24).
- (2) Uso *meta-ficcional*, que ocorre quando o nome é usado para descrever fatos *reais* sobre a ficção. Ex.: “Sherlock Holmes foi criado por Arthur Conan Doyle”. Neste caso, diz Kripke, o nome fictício se refere a um objeto abstrato, objeto cuja existência, porém, depende de atividades empíricas (*e.g.*, escrever obras de literatura, peças de teatro, etc.).
- (3) Uso *objeto-ficcional*⁵, que ocorre quando alguém usa o nome de um personagem fictício para descrever o que é verdadeiro no interior da ficção. Ex.: “Sherlock Holmes era fumante”. Nestes casos, o nome fictício continua a se referir ao mesmo objeto abstrato do caso anterior, mas o predicado é entendido de modo *não-standard* (*e.g.*, fumante-na-ficção, detetive-na-ficção, etc.).

Agora podemos retornar ao problema dos enunciados existenciais negativos (no nosso exemplo, ao enunciado “Sherlock Holmes não existe”). Na

⁵ Os termos “meta-ficcional” e “objeto-ficcional” foram introduzidos por Nathan Salmon (1998).

última aula do curso de 1973, Kripke inicia sua abordagem do problema pela recusa de três soluções. Na primeira delas, o nome “Sherlock Holmes” designaria um personagem fictício (um objeto abstrato) e, com isto, resolveríamos o problema do “objeto” do discurso. A solução é recusada pois, neste caso, a proposição existencial negativa seria falsa, pois Sherlock Holmes, enquanto um personagem fictício, existe. Na segunda delas, o enunciado é interpretado de maneira a significar a proposição “Sherlock Holmes não é alguém real, mas apenas um personagem fictício”, mais ou menos à maneira como dizemos, do pato da Fiesp, que ele não é um pato de verdade. Kripke ataca essa solução, sendo seu principal argumento o de que uma sentença como “Suponha que Napoleão não existe” não quer dizer “Suponha que Napoleão não seja alguém real, mas meramente um personagem fictício”. Uma pessoa real – argumenta Kripke – pode não existir, mas não pode ser um personagem fictício, assim como não pode ser, digamos, um número primo. A última solução recusada por Kripke é a análise metalinguística. Segundo essa análise, o enunciado problemático seria interpretado de maneira a significar a proposição “O nome ‘Sherlock Holmes’ é um nome vazio”. A crítica de Kripke a essa solução é que ela não funciona em situações contrafactuais, uma vez que, p. ex., Napoleão poderia muito bem ter existido ainda que o nome “Napoleão” fosse um nome vazio. Ou seja, quando descrevemos as circunstâncias em que o nome “Napoleão” seria vazio, isto não é o mesmo que descrever as circunstâncias em que Napoleão não teria existido.

Qual é, então, a solução de Kripke para o problema dos enunciados existenciais negativos? Antes de se pronunciar sobre ela, Kripke avisa:

Parece que, em algum sentido, a análise de um enunciado singular de existência dependerá de se o enunciado é verdadeiro. E isto, é claro, parece ser em si e por si mesmo absolutamente intolerável: a análise de um enunciado não deveria depender de seu valor de verdade. Ou, em todo caso, esse pode ser nosso preconceito. Contudo, não se deveria, aqui, ignorar os fatos, e os fatos parecem ser, para mim, tais como eu os afirmei. (KRIPKE 1973b/2013, p. 147)

De fato, a análise proposta por Kripke de enunciados singulares existenciais não preserva o princípio da anterioridade do sentido em relação à verdade. Tomemos, p. ex., o enunciado “Sherlock Holmes existe”. Se este

enunciado é verdadeiro, sua análise é simplesmente E(Sherlock Holmes), isto é, a atribuição de um predicado (a existência) a algo existente. Vale lembrar que, apesar de ser verdadeiro, o enunciado não é necessariamente verdadeiro, uma vez que a existência de Sherlock Holmes é contingente. Por outro lado, se o enunciado é falso, ele não pode ser concebido de modo a predicar uma propriedade de algo que não existe (pois “algo que não existe” é uma contradição em termos). Nesse caso, Kripke propõe analisar o enunciado verdadeiro correspondente, a saber, “Sherlock Holmes não existe” como “Não há uma proposição (verdadeira) que afirme que Sherlock Holmes existe”.

Um corolário imediato da solução de Kripke é que, quando estamos diante de uma questão sobre um enunciado existencial (e.g.: “Será que Vulcano existe?”), não há um sentido (um *Gedanke*) associado a esta questão, mas responder afirmativamente à questão (ou então crer em sua verdade) significa algo distinto de responder negativamente à questão (ou então crer em sua falsidade). Essa consequência é expressa de maneira cristalina por Kripke quando este diz que:

Aquele que disse que Moisés existe acreditava estar pronunciando uma proposição verdadeira e eu penso que ele de fato estava. Aquele que negou isso, porém, na minha visão, não estava negando aquela proposição – isso se ele for um filósofo correto, o que provavelmente não é o caso. Ao invés disso, ele pensava que não havia proposição verdadeira para ser enunciada. (KRIPKE 1973b/2013, p. 159)

Aquele que acredita, portanto, que Sherlock Holmes não existe, acredita, segundo a análise proposta por Kripke, que não há uma proposição que afirme que Sherlock Holmes existe. Isto é, a crença se revela, em um certo sentido, como uma crença *sobre* a linguagem (mais precisamente, sobre quais proposições na linguagem existem ou não existem). Do mesmo modo, aquele que acreditou que Vulcano (o planeta hipotético) existia mantinha uma crença sobre a linguagem, a saber, que um nome próprio havia sido propriamente introduzido. Quando se chegou à conclusão de que Vulcano não existia, o que foi descoberto, na verdade, não é que um objeto possuía a estranha propriedade de não existir, mas que as condições necessárias para a introdução de um nome na linguagem, condições sem as quais não pode haver nomeação algu-

ma, não eram satisfeitas. Não seria um equívoco chamar tal descoberta de *linguística*: descobre-se que um pseudo-nome não é, na verdade, um nome.

Isso indica que, na análise de Kripke, há ainda espaço para uma distinção, presente no *Tractatus*, entre um nome próprio genuíno e um nome próprio aparente. A diferença é que o critério para essa distinção não é mais *metafísico*: não é por denotar um objeto simples, mas sim por denotar um objeto existente que um termo é genuinamente um nome. Por outro lado, isso não significa que a proposição que afirma a existência do objeto nomeado é condição de sentido ou de verdade das proposições que usam o nome pois, como exposto acima, a proposição que afirma a existência tem seu sentido determinado somente quando se sabe seu valor de verdade e, *precisamente por essa razão*, ela nunca poderia funcionar como condicionante do que quer que seja. Kripke pode, então, recusar a conclusão do *Tractatus* de que um nome não pode se referir a algo que poderia não existir precisamente porque a atribuição da existência, para ele, não significa que as partes de um complexo estão juntas (de modo que poderiam estar juntas caso não estivessem, e poderiam não estar juntas caso estivessem, obedecendo deste modo uma simetria modal-existencial). O que ocorre, simplesmente, é que a existência do nomeado não é propriamente descrita por uma proposição que possui sentido anteriormente a sua verdade ou falsidade.

Na Seção seguinte, pretendemos tentar jogar luz nestas conclusões um tanto quanto paradoxais às quais a análise de Kripke nos conduz por meio de uma comparação, ainda que breve, destes enunciados existenciais singulares com aquilo que Wittgenstein chama, em sua última obra, de proposições fulcrais (*hinge propositions*).

5. Proposições existenciais e proposições fulcrais

Parece-me iluminador traçar uma comparação dos enunciados que estão no centro de nossos problemas com uma classe de proposições que Wittgenstein, em *Sobre a Certeza*, chama de fulcrais.

Em primeiro lugar, assim como a solução de Kripke para o problema dos enunciados existenciais negativos sugere que os enunciados singulares de existência não obedecem ao princípio da anterioridade do sentido em relação à verdade, deve-se notar, também nas proposições fulcrais, uma certa dependência estrita entre sentido e verdade. A este respeito, Wittgenstein diz: “Testa-se na *verdade* das minhas declarações a minha *compreensão* delas. / Ou seja: se fizer certas declarações falsas, torna-se duvidoso se eu as compreendo” (UG: 80-1). Se alguém diz, por exemplo, que houve um homem que já foi ao Sol, torna-se duvidoso se ele compreende o significado de “Sol”; do mesmo modo, se alguém diz que tentou se encontrar com Sherlock Holmes para pedir-lhe um autógrafo, torna-se duvidoso se ele compreendeu o significado de “Sherlock Holmes”.

Em segundo lugar, encontra-se, em *Sobre a Certeza*, a ideia de que as proposições fulcrais não fundamentam as nossas outras crenças por serem proposições *conhecidas*. Não se trata, aqui, de conhecimento, de um “ver que é verdadeiro”. Trata-se, ao invés disso – dirá Wittgenstein – de um agir. A meu ver, temos a mesmíssima situação no caso da sentença “Sherlock Holmes não existe”. Lembremos que, na análise de Kripke, essa sentença verdadeira diz: “Não há proposição que afirme que Sherlock Holmes existe”. Aqui fica claro que não há nada para ser conhecido sobre o mundo. A existência de Sherlock Holmes não é uma possibilidade que é descartada uma vez que sabemos a verdade da sentença acima. Pelo contrário: se compreendemos a sentença acima, também compreendemos que Sherlock Holmes nunca poderia ter existido, ou melhor, que a sentença “Sherlock Holmes existe” não expressa uma possibilidade real. Deste modo, nossa compreensão comum das sentenças sobre Sherlock Holmes não depende de uma crença ou de um conhecimento comum que todos nós compartilhamos. Ao invés disso, essa compreensão comum se manifesta em um *agir comum*. Por exemplo, se al-

guém diz “Sherlock Holmes era fumante” e uma outra pessoa pega um livro em que Conan Doyle atesta isso, isso é suficiente para ambas concordarem, e se alguém diz que conquistou o coração de Sherlock Holmes, ou que o encontrou ali na esquina, isso é suficiente para que procuremos dar um sentido *não-standard* ao que ela disse (e isso se manifestaria no tipo de *atitude* com a qual reagiríamos a uma sentença deste tipo).

Em terceiro lugar, o caso em um baú nos é revelado com diários secretos de Conan Doyle parece poder ser comparado ao caso em que as fronteiras entre as proposições fulcrais e as proposições “em fluxo” (para usar a metáfora do rio) começam a se tornar difusas. Pois aqui surge precisamente um contexto no qual uma dúvida a respeito da existência ou não existência de Sherlock Holmes passa a ser “concebível”. Mas vale insistir que este caso não é o caso em que uma questão, posta pela linguagem, estaria recebendo uma resposta positiva ou negativa. Trata-se aqui, justamente, de decidir se as condições para a nomeação estavam ou não presentes. Trata-se aqui de decidir se a preparação da linguagem foi adequada (se a rainha branca, p. ex., foi colocada na casa branca). E aqui o critério de adequação é mais ou menos arbitrário (assim como também há o arbitrário na ciência): não poderia o baú ser uma farsa? Quem decide sobre o que é firme e o que é contestável? (cf. UG: 125)

Se nos lembrarmos que a distinção fundamental que está sendo traçada em *Sobre a Certeza* é entre as noções de conhecimento (*Wissen*) e de segurança (*Sicherheit*) ou de certeza (*Gewißheit*), o que se propõe aqui é que o uso de um nome seja vinculado não a um *conhecimento* da existência do nomeado, o que tornaria o sentido das proposições que usam o nome dependentes de um pressuposto de existência, mas a uma segurança, a uma certeza. O próprio Wittgenstein parece sugerir que tomemos esta via. Após contrastar ambas as noções dizendo que, quando me sirvo imediatamente de algo (de uma toalha, p. ex.), esse servir-se imediatamente corresponde a uma *segurança*, não a um saber, Wittgenstein coloca a seguinte questão (retórica, a meu ver): “Mas não me sirvo do nome de uma coisa assim também”? (UG: 511).

Referências

ANGIONI, Lucas. *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2006.

FREGE, Gottlob. *Begriffsschrift und andere Aufsätze*, Hildesheim, Zürich, New York: Georg Olms, 2007. (abreviado como *Begriffsschrift*)

KRIPKE, Saul, *Naming and Necessity*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

_____. *Reference and Existence: The John Locke Lectures*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2013. (abreviado como R&E, citado como 1973b/2013)

_____. “Vacuous Names and Fictional Entities”. In S. Kripke, *Philosophical Troubles: Collected Papers, Volume 1*. Oxford University Press, 2011, p. 52–74. (citado como 1973a/2013)

MOORE, George. *Some Main Problems of Philosophy*, London: George Allen & Unwin, 1953.

RUSSELL, Bertrand. “On Denoting”. *Mind*, 14.56, 1906, p. 479–493.

SALMON, Nathan. “Nonexistence”. *Noûs*. 32.3, 1998, p. 277–319.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen*, ed. por Rush Rhees, Frankfurt: Suhrkamp, 1964. (abreviado como PB, tradução minha)

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*, Tradução: Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EdUSP, 1993. (abreviado como *Tractatus*)

_____. *Da certeza*. Tradução: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 2012.